

A VISITA DE NANCY PELOSI A TAIWAN E OS LIMITES DA ESTRATÉGIA AMERICANA

Por Sina Azodi e Christopher England*



Tomasz Makowski/Shutterstock.com.

É hora de os líderes americanos pararem de conceber a política internacional como uma competição entre democracias e autocracias.

As verdadeiras consequências da visita da presidente Nancy Pelosi a Taiwan, contra o conselho da Casa Branca e com forte oposição da China, ainda não foram determinadas.

Embora Washington tenha tentado minimizar a visita de Pelosi como uma mera continuação da política de ambiguidade estratégica dos EUA, a resposta chinesa tornou-se cada vez mais belicosa nos últimos dias. Em retrospectiva, no entanto, a visita de Pelosi pode se tornar menos importante pelo que diz sobre a mudança de *status* de Taiwan do que pelo que sugere sobre as limitações da atual estratégia global dos Estados Unidos.

O governo Biden parece determinado a reunir apoio internacional e pôr fim à deriva estratégica dos EUA ao conceber uma nova disputa de “democracias versus autocracias”, que corre o risco de aumentar as tensões globais por meio de propostas simbólicas que não aumentam significativamente o poder americano.

A viagem de Pelosi marca a primeira de um presidente da Câmara desde a visita de Newt Gingrich a Taiwan em 1997, onde se reuniu com o então presidente Lee Teng-hui. Enquanto estava em Taiwan, Gingrich proclamou que a viagem deve ser

vista como “declaração inequívoca de que os Estados Unidos estão com Taiwan, nosso parceiro democrático, enquanto defende a si mesmo e sua liberdade”. Mas, da perspectiva das autoridades chinesas, essa disputa não é sobre “democracia”; em vez disso, é a violação de sua soberania nacional e identidade histórica chinesa.

Em 1997, uma China muito mais fraca foi forçada a tolerar a viagem de Gingrich, mas agora eles veem esse episódio como um erro que deu sustentação às esperanças de autonomia de Taiwan. “Um erro anterior não torna o erro seguinte legítimo”, disse Zhang Jun, embaixador chinês nas Nações Unidas, que atualmente ocupa a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU. Da mesma forma, Qin Gang, embaixador da China nos EUA, disse à CNN que “há 25 anos, o presidente Gingrich visitou Taiwan. Estava completamente errado. O lado chinês se opôs firmemente a isso desde o início. O lado dos EUA deve tirar uma lição disso, em vez de cometer erros repetidos...”

Assim, em resposta à viagem de Pelosi, os militares chineses realizaram uma série de exercícios de tiro real em áreas que desafiam diretamente as costas de Taiwan, uma prática conspícua para bloquear a ilha. A China está colocando ainda uma série de novas restrições comerciais a Taiwan, incluindo a suspensão das exportações de areia natural e a proibição da importação de pão e biscoitos de Taiwan. Para evitar mais provocações na China, o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, ordenou o adiamento de um teste de lançamento de rotina de um míssil balístico intercontinental Minuteman III da Força Aérea (ICBM). Apesar do movimento dos EUA, a reação chinesa tem implicações importantes.

Primeiro, sua assertividade demonstra que a China agora é um concorrente de pleno direito dos Estados Unidos, com capacidade de retaliar em várias frentes. A economia chinesa é mais de 17 vezes maior do que era em 1997, quando o PIB era de insignificantes 961,6 bilhões de dólares. Além disso, os gastos de defesa da China aumentaram de 15 bilhões de dólares em 1997 para 230 bilhões de dólares em 2022. A China também aumentou constantemente o tamanho de seu arsenal nuclear, chegando a 350 ogivas em 2022. Tudo isso significa que a China pode agir com mais força se seus interesses vitais estão ameaçados.

Vale lembrar também que, do ponto de vista de Pequim, esta visita não é apenas a excursão simbólica de um representante americano. Os chineses acreditam que todas as administrações americanas recentes agiram com crescente deliberação para “conter” a ascensão da China, ou o que os chineses acreditam ser seu retorno ao cenário internacional. A visita de Pelosi reforça essa perspectiva agressiva, da mesma forma que a declaração pública de Biden de que Putin “tem que ir” poderia ser usada para dar credibilidade às alegações russas de que a promoção da democracia é simplesmente um eufemismo para mudança de regime.

Em segundo lugar, embora o governo Biden esteja longe de ser o único responsável por esse aumento das tensões globais, também é uma decisão política intencional, pois ocorre em um momento em que os EUA procuram esclarecer sua estratégia e recuperar o controle da narrativa global. De acordo com uma recente reportagem do *The Economist*, os Estados Unidos correm o risco de perder uma discussão global sobre o futuro das relações internacionais e a legitimidade das instituições pós-Segunda Guerra Mundial. Apesar da inundação de cenas de

horror da Ucrânia, dois terços da população mundial vivem em países que se recusaram a sancionar a Rússia pela invasão da Ucrânia, e grande parte do mundo em desenvolvimento vê o Ocidente como “decadente, egoísta e hipócrita”.

Além disso, os Estados Unidos estão profundamente divididos internamente, ainda se recuperando das consequências do ataque à capital em 6 de janeiro e se preparando para as contestadas eleições de meio de mandato em 2022 e uma corrida presidencial de 2024 potencialmente desestabilizadora com Donald Trump. Enquadrar a política internacional como uma disputa histórica de democracia versus autocracia parece ser a tentativa de Biden de forjar um novo consenso político em casa e no exterior, esclarecendo o que está em jogo, reduzindo vários conflitos a uma única linha de contestação.

Em algum nível, a nova estratégia tem um potencial claro. Por exemplo, o Pacto de Prevenção de Invasões de Taiwan, apresentado pelo senador Tim Scott (Rep.-Carolina do Sul), é uma das poucas peças de legislação em potencial que conta com o apoio de republicanos e democratas. Confrontar a China é agora um dos raros assuntos que une democratas e republicanos, uma vantagem não negligenciável. Além disso, uma América que se compromete novamente com suas obrigações internacionais tem maior probabilidade de sustentar suas estruturas de alianças na Europa, Oriente Médio e Ásia.

Por outro lado, esse quadro nascente democracia versus autocracia, do qual a visita de Pelosi é apenas um exemplo, traz graves riscos negativos que não devem ser subestimados. Acima de tudo, não faz nada para corrigir questões reais sobre as capacidades de poder dos Estados Unidos diante dos novos desafios dos estados revisionistas, mas ameaça aumentar a volatilidade global ao ameaçar os interesses estratégicos de nações rivais como Rússia e China em áreas do mundo onde eles possuem certas vantagens militares. Um retorno à vigorosa promoção da democracia também corre o risco de antagonizar estados aliados, da Arábia Saudita à Turquia, cujo apoio pode ser crucial no futuro.

No final, então, se a China optar por não escalar, a principal lição da excursão de Nancy Pelosi a Taiwan pode ser que uma sequência de eventos sensacionalistas bem divulgados não substitui uma estratégia internacional sustentável.

Enquanto as visitas anteriores de políticos americanos mostraram a confiança e o poder dos EUA, a visita da presidente Pelosi e suas consequências mostram, sem dúvida, a fraqueza americana e suas divisões internas. É uma tentativa de recapturar a narrativa e gerar apoio, acirrando uma disputa de Democracias versus Autocracias quando os Estados Unidos estão divididos internamente e lutando para se firmar na arena internacional. Mas esta é uma estratégia de alto risco para ganhos meramente simbólicos.

Em seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel adverte contra ofender adversários sem propósito, mas é isso que os EUA arriscam fazer: insultar uma grande potência sem ganhos tangíveis.

Publicado no [Responsible Statecraft](#).

****Sina Azodi** é bacharel e mestre em Assuntos Internacionais pela Elliott School of International Affairs da George Washington University e doutorando em Assuntos Internacionais pela University of South Florida, onde escreve sobre o programa nuclear do Irã. Seus interesses incluem segurança internacional, não-proliferação nuclear e relações EUA-Irã.*

****Christopher England** é PhD em ciência política pela Universidade Johns Hopkins. Lecionou na University of South Florida, e continua a ensinar e escrever sobre política. Além do trabalho acadêmico, seu trabalho foi publicado pelo The National Interest, The Atlantic Council, The American Conservative e muitos outros veículos.*
